

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 42.637 - RJ
(2013/0147213-0)**

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
RECORRENTE : **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO DO
ESTADO DO RJ**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
RJ081570**
RENATO RIBEIRO DE MORAES - RJ099755
FERNANDA LARA TÓRTIMA - RJ119972
RECORRIDO : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**
INTERES. : **ANA PAULA MONTEIRO DA SILVA**

DECISÃO

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO ESTADO DO RJ interpõe recurso ordinário contra acórdão do **Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa**, que negou provimento ao Agravo Regimental no Mandado de Segurança n. 0016213-96.2011.8.19.0000.

Alega a recorrente que, "para combater multa processual ilegal impingida a advogado, com fulcro do art. 265 do Código de Processo Penal, à falta de recurso próprio, deve-se impetrar Mandado de Segurança" (fl. 147). Aduz, ainda, não ter havido abandono de causa, pois a advogada "tão somente pleiteou a apresentação de alegações finais escritas, ao invés de orais" (fl. 126).

Requer, portanto, o provimento do recurso (fls. 152-153):

[...] para (i) reformar o acórdão da 6 Câmara Criminal do Tribunal de Justiça/RJ, reconhecendo ser o Mandado de Segurança o remédio constitucional disponível no catálogo legal para coarctar decisão que impõe indebitamente multa processual em desfavor de advogado; (ii) e, em sequência, que esse próprio Superior Tribunal de Justiça avance no julgamento do mérito da ação mandamental, deferindo o pedido", de modo a afastar do cenário jurídico, por abusiva e ilegal, a multa aplicada, devido ao inexistente abandono de causa.

É o relatório.

Decido.

Da análise dos autos, depreende-se que a OAB do Rio de Janeiro impetrou mandado de segurança perante o Tribunal *a quo*, em substituição processual da advogada Ana Paula Monteiro da Silva, por alegado abuso de poder por parte do Juízo da Vara Única de Paracambi/RJ, nos autos da ação penal nº 0000967-74.2010.8.19.0039, o qual, com fulcro no art. 265 do Código de Processo Penal, destituiu a causídica da defesa de seu constituinte e impingiu-lhe pena de multa por considerar como abandono de causa a negativa de apresentação das alegações finais em audiência.

O Desembargador relator do *mandamus*, em decisão monocrática, decretou a extinção do feito, sem o julgamento do mérito, "por ser manifestamente improcedente a medida intentada" (fl. 81). Interposto agravo regimental, o Colegiado *a quo* manteve o *decisum*, em votação unânime.

Contudo, conforme salientado pela recorrente, não há previsão do recurso cabível contra a aplicação de pena de multa por abandono de causa. Por exclusão, apesar de não ser recurso, mas ação autônoma de impugnação, entendo que o instrumento jurídico cabível, em casos tais, é o mandado de segurança.

Ademais, a conclusão do Tribunal estadual não encontra assento na jurisprudência desta Corte Superior, para a qual **é viável o manejo de mandado de segurança pela Ordem dos Advogados do Brasil** (p.e., os RMS 59.163/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, decisão monocrática de 01/03/2019, e RMS 57.492/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, decisão monocrática de 19/12/2018) **em que se questiona o arbitramento da multa por abandono da causa a profissional inscrito em seus quadros.**

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, "c", do RISTJ, dou provimento parcial ao recurso ordinário em mandado de segurança, para **determinar o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a fim de que prossiga no julgamento da impetração.**

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

